

## **FTIGESP NEWS // Gráfico ganha salário se patrão na rescisão não pagar todo o FGTS**

, 20 Maio 2016 - 10:55:00

Nada fora da lei compensa. E isso também se aplica para os donos de gráficas paulistas que deixarem de pagar as verbas rescisórias quando demitir o trabalhador, o que vem crescendo ultimamente, ou até é quando pagar as verbas, mas sem ter depositado todo FGTS no ato da rescisão. Isso é irregular. E se ocorrer, o patrão é obrigado a pagar multa para o ex-funcionário no valor do salário que ele recebia antes da demissão. A multa consta na regra da Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, firmada com o Sindicato patronal do setor no Estado (Sindigraf/SP). Se o empregado gráfico recebia o piso salarial (R\$ 1.414,60), por exemplo, o patrão terá de pagar a multa no valor do piso pelo não recolhimento integral do FGTS no ato da rescisão, além de todos os demais direitos. O valor da multa deverá ser igual ao tamanho do salário do trabalhador.

"A regra da convenção é muito relevante sobretudo em tempos de crise, a fim de evitar a sonegação dos direitos dos trabalhadores, a exemplo do pagamento do FGTS, além das verbas rescisórias", diz Leonardo Del Roy, presidente da FTIGESP. Ele lembra que em tempos de situação econômica estável a regra é pouco lembrada, diferente do período atual, quando surgem muitas empresas que alegam crise para tentar burlar o pagamento das verbas rescisórias depois de demitir o trabalhador, bem como o pagamento do FGTS integral dos gráficos no ato da rescisão.

A multa no valor do salário nominal do trabalhador faz a empresa pensar mais antes de tentar justificar o não pagamento do que já consta em lei. Se não pagar, a multa deve ser aplicada imediatamente. A multa está na convenção dos gráficos, portanto, também é lei e não resta mais nada para o patrão senão pagá-la. "Esta cláusula é resultado de bastante luta dos trabalhadores ao longo do tempo para incluir na nossa convenção", fala Del Roy, frisando a necessidade do sindicato cobrar tal multa aos patrões que tentarem sonegar o FGTS e verbas rescisórias dos gráficos.

A multa consta na cláusula 37ª da convenção, que trata das garantias salariais na rescisão do contrato de trabalho. Nela, fica determinado que o pagamento total dos direitos trabalhistas deve ser efetuado no prazo definido pelo no artigo 477 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). E determina ainda a aplicação da multa do mesmo artigo quando não for pago tais direitos, inclusive se não provar o depósito integral do FGTS. O valor da multa equivale ao salário nominal do trabalhador demitido. A FTIGESP alerta a categoria que a cláusula 37ª da convenção firmada com o Sindigraf/SP não é válida para o Grande ABC, Baixada Santista e São José do Rio Preto. Estas regiões possuem convenções distintas.